



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
Gabinete do Conselheiro Dimas Eduardo Ramalho



PRIMEIRA CÂMARA - SESSÃO: 12/03/13

59 TC-001675/002/08

Órgão Público Concessor: Prefeitura Municipal de Jahu.

Entidade(s) Beneficiária(s): Aristocrata Clube de Jahu.

Responsável(is): Osvaldo Franceschi Junior.

Assunto: Prestação de contas - repasses públicos ao terceiro setor. Justificativas apresentadas em decorrência da(s) assinatura(s) de prazo pelo Conselheiro Edgard Camargo Rodrigues e Substituto de Conselheiro Marcos Renato Böttcher, publicada(s) no D.O.E. de 11-10-08 e 16-10-10.

Exercício: 2007.

Valor: R\$1.387.260,96.

Advogado(s): Francisco Antonio Miranda Rodriguez, Clayton Machado Valério da Silva e outros.

Fiscalizada por: UR-2 - DSF-I.

Fiscalização atual: UR-2 - DSF-II.

1. RELATÓRIO

1.1. Em exame, prestação de contas dos recursos repassados pela **PREFEITURA MUNICIPAL DE JAÚ** ao **ARISTOCRATA CLUBE DE JAÚ**, no valor de **R\$1.387.260,96 (um milhão trezentos e oitenta e sete mil duzentos e sessenta reais e noventa e seis centavos)**, destinados à cobertura de convênio anteriormente firmado para *manutenção de cursos de alfabetização de adultos na zona urbana e rural do Município, e de cursos profissionalizantes de marcenaria e artesanato, além de aulas de reforço para portadores de necessidades especiais, conforme estabelecido no termo de convênio.*

1.2. A Unidade Regional de Bauru - UR.2 realizou vistoria *in loco* e verificou que a entidade atendeu 3.930 alunos, em imóvel próprio, constituído de sede e unidades de atendimento. Atestou que as atividades desenvolvidas e os valores despendidos são compatíveis com o quanto pactuado.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
Gabinete do Conselheiro Dimas Eduardo Ramalho



Na análise documental, constatou que o convênio foi firmado *por prazo indeterminado* e vige desde 1992, sendo o último termo aditivo datado de 2004.

Na demonstração documental do repasse e dos gastos efetuados pela entidade beneficiária, não há identificação de recursos próprios, indicando o balancete que o valor total repassado pela Prefeitura representa 100% da receita total auferida pela Entidade no exercício de 2007.

Por fim, verificou-se recibos de pagamentos com assinaturas divergentes e com descrição genérica dos serviços pagos.

Não foi apresentado Plano de Trabalho à fiscalização.

1.3. Notificados os representantes das partes por via postal, com Aviso de Recebimento (AR), o Presidente do **ARISTOCRATA CLUBE DE JAÚ** apresentou justificativas às fls. 43/44.

Inicialmente, esclareceu ter sido informado pelo Órgão Concessor que o convênio fora firmado em 11.06.2004, tendo vigência de 60 (sessenta) meses.

Afirmou que a Entidade, por força da decisão do Processo TC-002120/002/02, devolveu aos cofres municipais o valor de R\$12.821,64, devidamente atualizado, por conta do recebimento de mensalidade de seus associados, passando então *a custear as atividades desenvolvidas somente com recursos de origem pública*.

Encaminhou cópia dos recibos dos RPA's *"pagos ao funcionário e prestador de Serviços Rodrigo Crepaldi de Oliveira"*, e informou que prestou conta em separado de Taxa de Administração não prevista no Plano de Trabalho, cobrada para *"fazer face também às atividades sociais, esportivas, culturais etc. do Clube, visto que o mesmo não tem recursos próprios"*.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
Gabinete do Conselheiro Dimas Eduardo Ramalho



O **ex-Prefeito do Município de Jaú**, responsável pela despesa, apresentou justificativas às fls. 119/125. Afirmou que a Entidade é declarada de utilidade pública por lei municipal e estadual, e o programa desenvolvido esteve *"intimamente ligado às questões de educação e assistência social do Município de Jaú"*, amoldando-se os repasses ao disposto no art. 16 da Lei Federal nº 4.320/64.

Afirma que o convênio não se submete à regra de temporalidade disposta no art. 57 da Lei nº 8.666/93, fazendo-se necessária sua manutenção ao longo dos anos, por ser a única Entidade que presta serviços desta natureza. Outrossim, estando o convênio limitado ao recurso pactuado, o seu fim é determinado pela conclusão do repasse.

Quanto à dependência integral da Entidade aos repasses públicos, afirmou não competir ao Município fiscalizar as fontes de recursos da Entidade Beneficiada.

Classificou a inexistência de Plano de Trabalho como falha de natureza formal e afirmou não ser possível imputar à Prefeitura a conferência da assinatura dos recibos dos prestadores de serviço da Entidade.

1.4. A ATJ, em análise dos autos, concluiu pela irregularidade da matéria, por descaracterização da subvenção e configuração de burla ao art. 37, II, da Constituição da República (f. 131/133).

A SDG entendeu pertinente notificar as partes para especificarem, do montante repassado em 2007, quanto foi destinado aos monitores para cumprimento do objeto do convênio.

1.5. Notificadas as partes, o Prefeito atual juntou toda a documentação encontrada referente ao convênio (fls. 138/246). A Entidade não apresentou resposta.

1.6. Em parecer conclusivo, a SDG entendeu que o pagamento de taxa de administração confere gravidade suficiente para o comprometimento do feito, opinando pela irregularidade da matéria, com condenação da Entidade à devolução do valor respectivo.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
Gabinete do Conselheiro Dimas Eduardo Ramalho



É o relatório.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
Gabinete do Conselheiro Dimas Eduardo Ramalho



2. VOTO

2.1. Em julgamento, a prestação de contas do valor de R\$ 1.387.260,96, repassado pela Prefeitura Municipal de Jaú ao Aristocrata Clube de Jaú, a título de subvenção, objetivando a operacionalização do convênio voltado a cursos de alfabetização de adultos, reforço de alunos e cursos profissionalizantes de marcenaria e bordado.

2.2. A subvenção é forma de suplementação de recursos de origem privada, empregados na prestação de serviços essenciais, como esclarece o art. 16, *caput*, da Lei nº 4.320/64:

Art. 16. Fundamentalmente e nos limites das possibilidades financeiras a concessão de subvenções sociais visará a prestação de serviços essenciais de assistência social, médica e educacional, sempre que a suplementação de recursos de origem privada aplicados a esses objetivos, revelar-se mais econômica.

Uma vez que toda a atividade desempenhada é financiada por recursos públicos, como afirmou a Entidade, este numerário perde a característica de acréscimo pecuniário que serve para suprir alguma falta, ampliar ou aperfeiçoar algo pré-existente.

Com maior ênfase, quando o custeio da atividade administrativa da beneficiária é amparado pelo dinheiro público mediante pagamento de "taxa" específica, destina-se não somente à execução do programa, mas sim à própria existência da entidade. Tanto é assim que o parágrafo único do art. 16 acima citado. Referente à Lei nº 4.320/64, determina que:

Art. 16. ...
Parágrafo único. **O valor das subvenções, sempre que possível, será calculado com base em unidades de serviços efetivamente prestados ou postos à disposição dos interessados** obedecidos os padrões mínimos de eficiência previamente fixados (g.n.).



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
Gabinete do Conselheiro Dimas Eduardo Ramalho



Da maneira como efetuada a transferência em exame, configurada está a burla ao art. 37, II, da Constituição da República, bem como o pagamento sem fundamento legal de taxa administrativa, compatível com os contratos, caracterizados pela finalidade lucrativa e interesses contrapostos.

Em vista disso, nos termos do art. 33, III, "b" e "c", da Lei Complementar nº 709/93, voto pela **IRREGULARIDADE** da comprovação da aplicação dos recursos em exame.

Declarada a ilegalidade da taxa de administração, nos termos do art. 103 da Lei Complementar nº 709/93, condeno a Entidade Beneficiária à devolução de R\$162.783,73 (cento e sessenta e dois mil setecentos e oitenta e três reais e setenta e três centavos), corrigidos pelo índice da Tabela FIPE, até a data do efetivo pagamento.

É como voto.

DIMAS EDUARDO RAMALHO
CONSELHEIRO